



## **Mesa Redonda: Os Desafios dos Sistemas de Saúde Insulares**

Por Danina Coelho

**Tema:** O caso de Timor Leste

Os estados insulares são estados soberanos localizados em ilhas podendo ter a forma de arquipélagos, o nosso foco de discussão de hoje será sobre os pequenos estados insulares em vias de desenvolvimento.

Os estados insulares em vias de desenvolvimento (SIDS), são num total de 58, dos quais 38 são membros da Organização das Nações Unidas, estão distribuídos pela Caraíbas, Atlântico, Asia e Pacífico, partilham na sua maioria os rastos históricos de colonização das potencias ocidentais, que deixaram marcas profundas no seu sistema político, económico e social.

Como novos estados independentes, estes apresentam características comuns de fragilidade institucional, económica, ambiental e política, que em muitos dos casos são de natureza estrutural. Esta fragilidade é ainda mais agravada pela exposição a fatores externos da sua economia e incapacidade de ajustamento às súbitas transformações e evoluções no sistema económico global.

Algumas das características comuns dos SIDS são por exemplo, na sua limitação para atingir economia de escala devido as pequenas dimensões geográficas e demográficas, na incapacidade para diversificar a sua económica, no alto custo de infraestruturas, no rápido crescimento populacional, com exceção em alguns casos como a Singapura, na dispersão espacial das ilhas que aumenta os custos dos serviços básicos, na fragilidade ambiental, urbanização, altos custos de transporte, dependência nas despesas públicas para a economia, fraco empenho da economia, baixo nível de investimento externo e no grande peso e ameaça das designadas doenças infectocontagiosas.

Este ambiente pouco favorável à economia, traz consigo ramificações sociais e políticas que os tornam ainda mais vulneráveis aos choques externos, calamidades naturais e epidemias. Atingir o que em muitos dos países desenvolvidos são considerados como o

mínimo garantido constitui uma incógnita para os estados insulares em vias de desenvolvimento.

Timor-Leste é um país insular como uma particularidade, pelo facto de ter fronteiras terrestres com a Indonésia que ocupa a metade da Ilha de Timor, uma herança da história do Reino de Timor.

Com a dimensão de 15.800km<sup>2</sup>, uma população de 1.241.000 (census de 2015) e o Produto Doméstico Interno Bruto por cabeça de por volta de USD\$1.300 (2017-WB), Timor posiciona-se no meio da tabela das classificações de entre os SIDS.

Timor-Leste ainda continua a ser um país agrário onde por volta de 75% da sua população depende da agricultura para a sua sobrevivência. No entanto, em termos de contribuição para produto interno bruto, a contribuição do sector agrícola está abaixo dos 20%. Timor-Leste é entre os países onde o rendimento do estado está praticamente dependente do petróleo. Aproximadamente, 80% do orçamento geral do estado é financiado pelas receitas do Petróleo.

A população de Timor-Leste é relativamente jovem, a segunda mais jovem de entre os SIDS, com a média etária de 18 anos e expectativa de vida 69 anos (Banco Mundial-2017).

O processo de recuperação e reabilitação do sistema de saúde em Timor Leste, teve início nos finais de 1999, com ajuda internacional humanitária, foram reconstruídas as infraestruturas do serviço de saúde, tais como centros de saúde comunitários dos subdistritos, postos de saúde nos sucos, particularmente nas zonas mais remotas, hospitais de referência a nível regional e o hospital nacional.

A fragilidade de um novo estado, com crises internas, teve impacto na mudança sucessivas das políticas de saúde e não permitiu que a política de saúde se consolidasse.

Tal como os outros estados insulares em desenvolvimento, no setor da saúde, Timor Leste também partilha a dificuldade de atingir uma cobertura universal.

Assistência médica especializada, medicamentos, infraestruturas e equipamentos médicos ficaram inacessíveis a muitos residentes rurais, sobretudo, às pessoas mais pobres, que acabam por não ter o direito à saúde de qualidade

Uma das soluções tomada para aliviar esta restrição é através de importação dos serviços de saúde em vez de concentrar na produção doméstica.

Um dos maiores desafios é na área dos recursos humanos onde na ausência de profissionais especializados e altamente competente e com experiência para responderem as demandas clínicas, o governo optou por recorrer a ajuda externa através das importação destes profissionais, no nosso caso, maioritariamente são cubanos e outros são de China ou Austrália.

E ainda se nota a ausência do plano nacional para o fim da dependência externa traduzido na falta do plano de formação dos RH especializados tanto médicos com

enfermeiros e técnicos aliados. Assim como a falta de plano a curto prazo na criação das capacidades de diagnósticos e assistência interna, pelo que a dependência dos hospitais externos através do sistema de referência ira prevalecer

O orçamento geral do estado com uma pequena quantidade (2%) para a saúde é o maior fator agravamento de toda esta situação.